



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**21/07/2014**

# INDICE

---

1. JORNAL AQUI	
1.1. JUÍZES.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	2

## ▷ PAÇO DO LUMIAR

## Prefeitura esclarece demolição do "Bar do Bigode"

A Prefeitura do município de Paço do Lumiar, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Transporte e Trânsito – Sinfra - esclarece os o caso da demolição do estabelecimento "Bar do Bigode", localizado na Avenida 08 do Conjunto Maiobão, na tarde do dia 17 de julho. No dia 23 de abril de 2013, a Juíza da 1ª Vara da Comarca de Paço do Lumiar/MA, Jaqueline Reis Caracas, de acordo com os autos da Ação Civil Pública nº 654-40.2007.8.10.0049 (654/2007) proposta pelo Ministério Público Estadual, atualmente em trâmite na Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha, decidiu pela imediata desocupação da "Área Institucional 3 do Conjunto Maiobão", pertencente ao patrimônio público municipal, ocupada irregularmente pelo Senhor Robério Carlos da Silveira (Bar do Bigode) e outros determinando, ainda, que o município de Paço do Lumiar, mediante o poder de polícia que lhe é conferido, impedisse novas ocupações ou

ampliações das já existentes, arbitrando multa diária de R\$ 500 por cada um que desse ensejo à inobservância da referida deliberação. Em atenção ao comando judicial a Sinfranotificou, em pelo menos três oportunidades, o proprietário do bar, para que desocupasse amigavelmente o local sob a pena de demolição dado a obrigatoriedade de cumprimento da ordem judicial pela administração municipal, o que não foi atendido. Tendo em vista tais embaraços e possíveis transtornos no momento da demolição, a Procuradoria Geral do Município - PGM manifestou-se nos autos do processo judicial relativo ao caso em tela para, tão somente, requerer que o cumprimento da ordem judicial fosse acompanhada por Oficial de Justiça com o auxílio de força policial que, inclusive, teve que ser reforçada devido a resistência do Senhor Robério atrelada à aglomerações de revoltosos no local. A área ocupada de forma irregular, uma vez qualificada como bem de uso comum

do povo, cuja destinação não pode ser modificada e nem restringida, passará a ser usufruída por toda a população luminense, evitando que particulares, a exemplo do Senhor Robério, obtenham renda e lucro em detrimento do direito geral da comunidade. O Município de Paço do Lumiar logrou sucesso em obter junto ao Ministério da Saúde a construção de uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA a ser instalada no local, de fundamental importância para a saúde da população.

# Semana de Conciliação Itinerante do Tribunal de Justiça começa hoje

Evento será realizado até sexta-feira, dia 25, na Casa da Justiça, na UFMA

A partir de hoje, moradores da área Itaqui-Bacanga poderão resolver causas simples (processuais ou não) com intermediação do Judiciário, durante a primeira Semana de Conciliação Itinerante do Maranhão, que se estenderá até sexta-feira, dia 25, na Casa da Justiça, no campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O evento é promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) em parceria com a instituição de ensino superior.

Pedidos de pensão, reconhecimento de paternidade, divórcio, disputa por posse de bens, cobranças (parcelamentos e 2ª via de contas), débitos fiscais com o Município de São Luís,

## Mais

**Mais informações** podem ser obtidas pelo Telejudiciário, que atende pelo 0800-707 1581 (ligação gratuita).

linhas de empréstimo, negociações de débitos com pequenos e microempresários, entre outros, serão solucionados no local e os cidadãos ainda ficarão informados sobre seus direitos e programas sociais.

**Serviços** - Poderão utilizar os serviços pessoas que já tenham ações judiciais em aberto no 5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da UFMA (antigo Juizado Especial do bairro Anjo da Guarda) ou mesmo aqueles que precisam resolver uma questão que ainda não se tornou processo judicial.

Estarão disponíveis para o

atendimento ao público cerca de 20 salas - sendo três para atuação dos conciliadores dos dois Centros de Conciliação (Fórum e Rua do Egito) e do 5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (UFMA) e dos estagiários do escritório-escola do curso de Direito da UFMA. Serão disponibilizadas também salas de triagem, de audiências, além de espaços específicos para empresas, órgãos e instituições parceiras, como a Semcas, Ministério Público, Defensoria, BNB, Caema, Cemar, Oi, Seguradora Líder e outros.

Segundo o coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, esse será o primeiro grande evento popular para disseminação da cultura de conciliação. "A ideia é reforçar as bases da pacificação, buscando envolver a população com outras modalidades de solução de conflitos que não seja a via judicial", ressaltou.